

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

LUCCA SIMEONI PAVAN
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

LUCCA SIMEONI PAVAN

(Organizador)

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	As teorias econômicas e a economia aplicada [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-32-1 DOI 10.22533/at.ed.321181109 1. Economia. 2. Política econômica. I. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é um ramo científico diferente dos demais. Ela se enquadra em uma ciência de núcleo duro, em que as técnicas matemáticas e estatísticas dão suporte ao seu desenvolvimento teórico e aplicações empíricas, entretanto, o estudo da economia não se limita somente a este núcleo. Dado que seu objeto de estudo são as interações humanas, ela não permite a aplicação cega de conceitos puramente matemáticos. Isso acontece por que o ambiente econômico não é um laboratório onde podemos controlar todos os fatores que possam interferir nos resultados de determinado estudo, fato possível na física e na química por exemplo.

A sociedade possui relações extremamente complexas que são impossíveis de serem reproduzidas com a exatidão necessária às ciências exatas. Porém, é com esta complexidade das relações humanas que a ciência econômica busca lidar. Para isso, ela se baseia em uma metodologia própria que visa equilibrar a exigência e rigor das ciências exatas com a complexidade e subjetividade das relações humanas.

Várias formas de abordagem científica fazem parte do contexto da ciência econômica, como estudos histórico-filosóficos e pesquisas aplicadas. Atendendo à essa diversidade existente na ciência econômica, este livro reúne os mais variados trabalhos, seja no que se refere à técnica de estudo utilizada ou o tema de pesquisa abordado. Digo isso para ressaltar a relevância desta coletânea de artigos, mostrando os mais variados temas e formas de se investigar os fenômenos associados ao ambiente econômico.

O livro não está organizado conforme um único critério, dada a diversidade de temas e métodos que ele apresenta. Aqui o leitor poderá encontrar artigos que usam a metodologia de economia regional e econometria espacial para estudar a relação entre “bancarização” e desenvolvimento econômico, por exemplo. Questões sobre o comércio com outros países também são abordadas usando esta metodologia. Questões de tributação e financiamento do desenvolvimento também são tratadas nos artigos incluídos nesta edição.

Alguns trabalhos aplicados que usam técnicas econométricas também estão contidos neste livro. Os temas também são diversos, sendo relacionados ao setor agropecuário na forma de análise de preços de commodities ou da produção do setor agropecuário. A questão ambiental também se insere dentre os temas abordados, seja na forma de estudos de viabilidade de geração de energia ou de estudos sobre inovação e gestão organizacional no setor de produção de combustíveis.

Neste livro constam trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, do Sul ao Nordeste, mostrando que além da diversidade de temas e métodos, a ciência econômica está bem difundida no território nacional e contribui com o desenvolvimento de todas as regiões do país.

Por fim, desejo ao leitor um bom proveito dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a qualidade dos artigos selecionados e a diversidade de temas e métodos

utilizados. Com certeza este livro servirá de suporte para muitos pesquisadores que estejam inseridos na mesma área de pesquisa dos artigos aqui contidos. Sem dúvida os trabalhos servirão de inspiração para novos pesquisadores em economia ou como complemento nos estudos em andamento.

Lucca Simeoni Pavan, Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A “BANCARIZAÇÃO” E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM ESPACIAL PARA O ESTADO DO PARANÁ	
<i>José Rodrigo Gobi</i>	
<i>Pietro André TelatinPaschoalino</i>	
<i>Luiz Guilherme de Oliveira Santos</i>	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>José Luiz Parré</i>	
CAPÍTULO 2	20
DETERMINAÇÃO DE UMA REGIÃO NO ESTADO DO PARANÁ: APLICAÇÃO DA TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO	
<i>Andréia Ferreira Prestes</i>	
<i>Renata Cattelan</i>	
<i>Marcelo Lopes de Moraes</i>	
CAPÍTULO 3	40
EFEITO DO GERADOR E TRANSBORDAMENTO DE IMPOSTOS INDIRETOS NA ECONOMIA DE SANTA CATARINA EM 2004	
<i>Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues</i>	
<i>Auberth Henrik Venson</i>	
<i>Marcia Regina Gabardo da Camara</i>	
<i>Paulo Rogério Alves Brene</i>	
<i>Umberto Antônio Sesso Filho</i>	
CAPÍTULO 4	59
O FNE COMO FONTE FINANCIADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Wesley Santos</i>	
<i>Elmer Nascimento Matos</i>	
CAPÍTULO 5	76
O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
<i>Tatiani Sobrinho Del Bianco</i>	
<i>Jandir Ferrera de Lima</i>	
<i>Camilo Freddy Mendonza Morejon</i>	
CAPÍTULO 6	98
A RELIGIÃO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ DE 1991 A 2010	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>Ednaldo Michellon</i>	
CAPÍTULO 7	119
TRANSMISSÃO ASSIMÉTRICA DE PREÇOS: O CASO DO MERCADO DE ETANOL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO PARANÁ	
<i>Lucca Simeoni Pavan</i>	
<i>Alessandro Garcia Bernardelli</i>	
CAPÍTULO 8	135
ANÁLISE DO NÍVEL DA ATIVIDADE AGROPECUARISTA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	
<i>James José de Brito Sousa</i>	
<i>Alysson de Brito Araújo</i>	
<i>Maria de Jesus Gomes de Lima</i>	

CAPÍTULO 9	151
AS MICRORREGIÕES DE CHAPECÓ, CONCÓRDIA E XANXERÊ E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL	
<i>Sérgio Begnini</i> <i>Lirane Elize Denfante Ferreto de Almeida</i>	
CAPÍTULO 10	173
ANÁLISE COMPARATIVA DE SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA E SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Tatiane Dinca</i> <i>José Carlos Marcos</i> <i>Carlos Alberto Piacenti</i>	
CAPÍTULO 11	190
INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – A GESTÃO AMBIENTAL	
<i>Jacks Williams Peixoto Bezerra</i>	
CAPÍTULO 12	213
INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ECONÔMICOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DO CEARÁ	
<i>Rárisson Jardiel Santos Sampaio</i> <i>Ivanna Pequeno dos Santos</i>	
CAPÍTULO 13	228
CRIMINALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ECONOMETRICA PARA OS COREDES NO ANO DE 2010	
<i>Ewerton da Silva Quartieri</i> <i>Maicker Leite Bartz</i> <i>Gabrielito Reuter Menezes</i>	
CAPÍTULO 14	240
FENÔMENO OU RAÍZES: A POBREZA COMO PARTE DO BRASIL	
<i>Alex Eugênio Altrão de Moraes</i>	
CAPÍTULO 15	253
EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR INFANTOJUVENIL A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ.	
<i>Isabelle Bezerra Bem</i>	
CAPÍTULO 16	268
NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	
<i>Everaldo da Silva</i> <i>Joel Haroldo Baade</i> <i>Rodrigo Regert</i> <i>Adécio Machado dos Santos</i>	
CAPÍTULO 17	282
INSERÇÃO COMERCIAL DO NORDESTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NORDESTINOS NA RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2015	
<i>Kassia Larissa Abrantes Alves</i> <i>Soraia Santos da Silva</i>	

CAPÍTULO 18	294
O PADRÃO DE INSERÇÃO COMERCIAL E A MUDANÇA NA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000	
<i>Danniele Giomo</i>	
CAPÍTULO 19	301
POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	
<i>Maristela Dumas</i>	
<i>Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza</i>	
CAPÍTULO 20	323
REFLEXÕES SOBRE POTENCIALIDADES OU GARGALOS LOCAIS A PARTIR DA LEITURA DE ÍNDICES E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
<i>Cláudio Machado Maia</i>	
<i>Myrian Aldana Vargas Santin</i>	
<i>Flávio Antonio Manfrin</i>	
<i>Nemésio Carlos da Silva</i>	
CAPÍTULO 21	339
POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS CASOS BRASILEIRO E SUL-COREANO	
<i>Gabriela Garbi Bissacot</i>	
<i>Robson Luis Mori</i>	
CAPÍTULO 22	362
PRODUTIVIDADE EMPRESARIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Camila Salvador</i>	
CAPÍTULO 23	382
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA: O CASO DA NATURA COSMÉTICOS	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Daniela Catarina de Borba</i>	
SOBRE O ORGANIZADOR	422

NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Everaldo da Silva

Universidade de Brusque. Brusque – SC.

Joel Haroldo Baade

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Caçador – SC.

Rodrigo Regert

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Fraiburgo – SC.

Adécio Machado dos Santos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Caçador – SC.

RESUMO: Nesta reflexão trabalha-se questões que envolvem a Política Neoliberal, a Reestruturação Produtiva, a Flexibilização e o Subemprego e a Globalização no Brasil, em particular nas décadas de 1980 e 1990. O processo de globalização provocou profundas mudanças na organização da produção, nas empresas e principalmente no trabalho. Os trabalhadores tiveram prejuízos enormes com o processo de reestruturação capitalista, marcado pela expansão da dinâmica neoliberal. Um forte processo marcado pela precarização do emprego, intensificação do trabalho e manipulação do trabalhador, para que pensasse e atuasse em nome do capital. Com efeito, os trabalhadores defrontaram-se com processos muito dinâmicos de tecnificação e reorganização do trabalho, que aviltam de modo acelerado

suas condições laborais e de emprego.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Globalização. Reestruturação Produtiva.

ABSTRACT: In this reflection one works on the issues which involve Neoliberal Politics, Productive Restructuring, Flexibilization and Underemployment and Globalization in Brazil, particularly in the decades of 1980 and 1990. The process of globalization provoked deep changes in the organization of production, in the companies and mainly in the work. The workers suffered enormous losses with the process of the capitalist restructuring, marked by the expansion of the neoliberal dynamic. A strong process ensued marked by the fragilization of employment, intensification of the work and manipulation of the worker, so that the worker would think and act in the name of capital. In effect, the workers were confronted with very dynamic processes of technification and reorganization of work, which degrade in an accelerated way their labor and job conditions.

KEYWORDS: Work. Globalization. Productive Restructuring.

1 | INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por grandes avanços e conquistas no campo do conhecimento científico e tecnológico, por

exemplo, as distâncias que separavam os brasileiros dos habitantes do Japão foram diminuídas graças às novas tecnologias de comunicação. Hoje se dispõe de avião, telefone, fax, televisão ou de uma viagem pelo ciberespaço da Internet.

Entrou-se no novo século como seres velozes, como filhos de Hermes, o deus de pés alados, bem como filhos de Vulcano, o forjador de armas, porque este foi um século marcado não só pela velocidade das mudanças, mas também por inúmeras e terríveis guerras mundiais, deixando sequelas e mortes. As duas grandes guerras (1914-1918 e 1938-1945) tornaram-se marcos do século XX, deixando o mundo todo perplexo e sentindo de perto a proximidade de seu fim.

Assiste-se há mais de cinquenta anos as tentativas de combater o subdesenvolvimento e a criação de estratégias de desenvolvimento nas regiões mais miseráveis do planeta. Em contrapartida, o que se presenciou foi uma disparidade ainda maior entre países ricos e pobres e, no desejo de expandir-se, o capital completou a sua divisão do mundo, dominando praticamente quase todos os cantos do globo. A esse completo processo de expansão capitalista nomeia-se de globalização, com todos os seus resultados positivos ou negativos.

Pensar o mundo é pensá-lo na lógica da globalização. A globalização operou em benefício dos que comandam a dianteira tecnológica e exploram a diferença de desenvolvimento entre países. Disso deduz-se que países com excessivo potencial de recursos naturais e grandes disparidades sociais, como é o caso do Brasil, são os que mais sofreram com o processo de globalização. É preciso eliminar esse fosso que separa as nações ricas das mais pobres. A maior dificuldade está em reverter o processo de concentração de renda, o que será feito somente se houver um desejo enorme de toda a sociedade.

Não é necessário renunciar a todo o conhecimento acumulado e partir do zero, não é preciso voltar à época das cavernas. É urgentemente necessário que as pessoas busquem cada vez mais reler os clássicos, aprender a entender que toda história tem um começo, meio e fim, e compreender que o imediatismo exacerbado é prejudicial ao futuro.

O presente trabalho é, indiscutivelmente, limitado: o objetivo é, apenas, fazer uma breve visita às políticas adotadas no Brasil ao longo das décadas de 1980 e 1990, procurando entender alguns conceitos que se fazem necessários para verificar os efeitos nocivos da globalização sobre o mercado de trabalho.

2 | ANOS 1990 E A POLÍTICA NEOLIBERAL

A década de 1980 foi marcada por uma crise econômica, ocorrendo muita recessão e inflação, tendo o governo procurado solucionar o problema através da abertura da economia para o grande capital transnacional. Segundo Schiochet (1999, p. 20), “Essa situação exigiu novos padrões de competitividade do setor empresarial

baseados na reestruturação produtiva e teve consequências marcantes no mercado de trabalho”, aumentando significativamente os índices de desemprego e precarização do trabalho.

Vários autores tentam explicar essa crise. De acordo com Raud (1999, p. 229), a crise dos anos 1980, é explicada por duas escolas distintas de pensamento:

Para os neoliberais, ou partidários do “Consenso de Washington”, [...] a intervenção do Estado é considerada a nova causa do subdesenvolvimento. [...] a privatização e a liberalização comercial, seriam suficientes para garantir a retomada do crescimento econômico e a inserção tão esperada no primeiro mundo. Para os partidários da “crise do Estado”, o problema vem do fato de que ele virou inoperante por causa do déficit público. Esses autores reconhecem que o problema principal não é o grau de intervenção do Estado (quanto), mas as formas dessa intervenção (como) (CEPAL, 1990; FIORI, 1993). Em particular, fala-se novamente de Estado desenvolvimentista.

Desde o governo Fernando Collor (1990-1992), o movimento de abertura comercial e financeira que subordinava cada vez mais a política econômica e monetária brasileira aos interesses do grande capital transnacional aumentou, tendo como seus legítimos representantes os organismos financeiros internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Verificou-se, no entanto, que essa expansão das operações financeiras mundiais não se estendeu de modo universal. Chesnais (1996, p. 18) identifica o caráter excludente desses movimentos, quando esclarece o significado do termo “mundialização do capital”:

[...]. Ligar o termo “mundialização” ao conceito de capital significa dar-se conta de que, graças ao seu fortalecimento e às políticas de liberalização que ganhou de presente em 1979-81 e cuja imposição foi depois continuamente ampliada, o capital recuperou a possibilidade de volta a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele.

Destarte, verificou-se no Brasil, como na maioria dos países do Terceiro Mundo, que ainda existe uma forte inclinação à dependência. A internacionalização financeira no Brasil vinculou-se à dinâmica produtiva e prosperou mediante o endividamento externo das empresas. Nos anos 1990, a nova inserção internacional do país ocorreu através de um conjunto de fatores externos e internos, atrelados a dois movimentos, de um lado, aos movimentos atuais do mercado financeiro internacional; e, de outro, às novas implementações e reformas neoliberais ocorridas.

O desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial tem provocado deslocamentos no poder econômico e político que acabam solapando as bases do Estado nacional burguês. No plano econômico, a dificuldade está na capacidade de harmonizar o traço destrutivo da concorrência com a possibilidade da sociedade nacional manter seus sistemas produtivos e a manutenção da solidariedade sistemática entre as classes sociais. Já no plano político, a dificuldade está em manter um caráter

ético pela disputa do monopólio das novas tecnologias e pelo controle dos mercados mundiais, que instigam a existência de rivalidades entre os Estados nacionais.

A globalização, pelo menos do ponto de vista dos países periféricos, significa menos uma “integração internacional”. Pior seria se os países periféricos simplesmente lançassem por terra, hipoteticamente, em favor do mercado externo, todos os efeitos positivos da incrementação do mercado interno. Esse aspecto é comentado por Furtado (1992b, p.63), que salienta o seguinte:

Os sistemas econômicos de grandes dimensões territoriais e acentuadas disparidades regionais e estruturais – Brasil, Índia e China aparecem em primeiro plano – dificilmente sobreviverão se perderem a força coesiva gerada pela expansão do mercado interno. Nesses casos, por mais importante que seja a inserção internacional, esta não é suficiente para dinamizar o sistema econômico. Num mundo dominado por empresas transnacionais, esses sistemas heterogêneos somente sobrevivem e crescem por vontade política apoiada em um projeto com raízes históricas.

A partir das eleições presidenciais de 1989, ocorre um consenso à adoção das políticas de estabilização e reformas estruturais neoliberais, propostas pelo Consenso de Washington. O consenso desenvolveu-se em torno do reconhecimento da natureza estrutural da crise econômica e política que abalava a sociedade brasileira da segunda metade dos anos 1980. Sinalizava o esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado no país desde a década de 1950, apontando para a necessidade urgente de um programa de ajuste macroeconômico e de reestruturação produtiva (FIORI, 1993, p.3).

O governo Collor adotou e concretizou um amplo programa de “estabilização” e de reformas institucionais de cunho liberalizante, que seriam adotados posteriormente por novos governos. Entre as medidas compostas no programa econômico do governo de Fernando Collor estão: reforma administrativa, patrimonial e fiscal do Estado; renegociação da dívida externa; abertura comercial; liberação dos preços; desregulamentação salarial; e, sobretudo, prioridade absoluta para o mercado como orientação e caminho para uma nova integração econômica internacional, e modernidade institucional.

Paralelamente, cresceram os investimentos diretos estrangeiros no sistema financeiro nacional, principalmente na participação acionária em instituições financeiras locais e a instalação de subsidiárias e de filiais no mercado brasileiro. Afirma-se que essa expansão foi viabilizada pelas políticas nacionais favoráveis ao capital estrangeiro nos anos 1990, as quais aboliram ou diminuíram as restrições à participação externa nos sistemas financeiros locais.

A abertura do sistema financeiro ao capital estrangeiro teve maior crescimento ao longo do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que reforçou a implementação de programas neoliberais no Brasil. Como prioridade na sua política econômica, o programa de estabilização monetário foi assegurado pelo crescente investimento de capitais externos e pela sobrevalorização cambial. O chamado “Plano

Real”, implantado aos poucos desde 1993, intensificou as medidas de ajuste fiscal, liberalização financeira, privatização e abertura comercial.

Nesse sentido, a “Teoria da Dependência”, escrita por Cardoso e Faletto, serviu como base para as implementações feitas por Fernando Henrique no país, desde quando assumiu o primeiro mandato, ou seja, ele utilizou o Brasil como um laboratório para corroborar sua teoria. Haja vista, no entender dos autores, “a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países quanto ao externo”, à medida que a de subdesenvolvimento refere-se quase que particularmente ao grau de diferenciação do sistema produtivo do país, sem levar em conta como se dá o controle da produção, e as de centro periferia apenas indicam o lugar do país no sistema capitalista internacional (CARDOSO; FALETTTO, 1973, p. 27). Cardoso julga possível conciliar algum desenvolvimento nacional com dependência. Assim uma inserção subordinada do Brasil no sistema capitalista internacional já basta.

As políticas de globalização produziram uma classe de especuladores, que afetaram drasticamente a distribuição de renda, as políticas públicas, o mercado de trabalho e o crescimento do país. Essas políticas tenderam a elevar as taxas de juros, estabelecendo que todas as decisões importantes fossem tomadas por um pequeno grupo de empresas e bancos nacionais e multinacionais muito fortes.

Os Estados Unidos não demonstraram nenhum interesse em desistir do seu ambicioso desejo de obter ganhos, já que tinham benefício frequentemente pelas crescentes crises ocorridas nos países da Europa e principalmente da América Latina.

Vale notar, dada as suas dimensões continentais e as suas grandes indústrias, o Brasil teria plenas condições de estar atuando de frente no processo de globalização. Mas, visivelmente, o governo decidiu optar por uma estabilização monetária interna, alcançada através de uma “sobrevalorização cambial” e por uma captação irrefreável de recursos externos, aumentando ainda mais a dívida externa e interna do país.

Como todos os países da América Latina, o Brasil está numa situação de vulnerabilidade diante da doutrina neoliberal. Como não obteve durante os seus 150 anos de crescimento quase contínuo uma condição de sinergia com a grande potência estadunidense, como, por exemplo, a economia asiática obteve, pode-se ver a dissolução do Mercosul e a aceitação submissa da implantação da Alca.

Para Celso Furtado (1983, p. 40-41), “a forma mais inteligente de abordar a negociação com os credores seria a partir de um entendimento com os demais países do Terceiro Mundo que enfrentam situações similares em torno de certos princípios gerais”. Esse seria o caminho mais curto para fazer com que os credores internacionais aceitassem uma negociação a nível mundial, tornando possível uma cooperação maior entre os países. Para isso, Furtado coloca o Estado como fator determinante para fazer com que o excedente econômico e os avanços técnicos fossem empregados de acordo e em conjunto com as condições sociais e econômicas

da sociedade, solapando, assim, aquela lacuna existente entre o nível da acumulação de capital e o direcionamento desta acumulação (FURTADO, 1963, 1964, 1971). E apenas o Estado poderia realizar tal tarefa, porque unicamente ele seria capaz de “weberiana” e “mannheimianamente”, através do planejamento, se posicionar acima dos condicionantes sociais e dos interesses particulares.

Os conflitos entre os indivíduos podem ser resolvidos dentro de um sistema de arbitragem estabelecido em lei, pois sempre existe um interesse público que paira sobre os indivíduos e o árbitro aceito do interesse público é o Estado (FURTADO, 1964, p. 68).

Pode-se notar no eclético instrumental teórico de Furtado uma presença marcante de Max Weber. Principalmente pela sua essencial preocupação com a racionalidade dos processos econômicos – ou também com a falta de racionalidade nesses processos, por exemplo, no caso dos países subdesenvolvidos como o Brasil. Com efeito, é exatamente a irracionalidade do desenvolvimento capitalista no Brasil que origina e mantém o subdesenvolvimento.

Outra influência, um tanto ligada a de Weber, vem de Karl Mannheim, ao propor a intervenção urgente e necessária do intelectual na realidade, em outras palavras, Furtado vê claramente a possibilidade de colocar-se a serviço de algo sem interesses particulares, isto é, a serviço da Nação.

Vale a pena notar que o capitalismo pode ser destituído por um ato político, mas não os princípios que norteiam e orientam o capital, nem o Estado e a divisão hierárquica do trabalho, podendo, durante o tempo em que estiverem em vigor, repor o capitalismo, tornando-o ainda mais forte.

3 | EFEITOS DA REESTRUTURAÇÃO NO TRABALHO

Vários setores passaram por um movimento intenso de redefinições, para moldarem-se ao contexto internacional. Esse contexto de reestruturação compreendeu mudanças tecnológicas, organizacionais e nas relações de trabalho.

As empresas procuraram adotar de modo contínuo um conjunto de políticas dirigidas à diminuição de custos administrativos e ao aumento da produtividade do trabalho. Esse movimento satisfaz os moldes propostos pelo sistema capitalista, caracterizado por uma profunda concentração do capital privado, muito informatizado, empregando trabalhadores mais escolarizados, priorizando a venda de “produtos” e serviços a clientes.

As mudanças direcionadas aos negócios fizeram acompanhar as medidas de “qualidade no atendimento”, com base nos programas de “qualidade total”, segundo os quais, produzir com qualidade significava produzir com maior produtividade, com custos reduzidos. Tais programas foram adotados pelas empresas com maior intensificação tecnológica, implicando profundas alterações nas relações de trabalho,

diminuindo sensivelmente a mão-de-obra.

O processo de “ajuste” da área administrativa e organizacional das empresas atingiu drasticamente a força de trabalho. As demissões ocorreram principalmente nos funcionários responsáveis por tarefas de infraestrutura de apoio ou de simples atendimento, postos que foram facilmente substituídos por máquinas automatizadas ou por trabalhadores de empresas terceirizadas. Ocorreu um processo de terceirização da força de trabalho, sendo transferida parte das tarefas originalmente desenvolvidas pelos funcionários para outras empresas, o que levou a uma precarização na execução dos trabalhos.

As transformações não ocorreram somente nas formas e condições de trabalho, aconteceram também alterações nas relações de poder dentro das empresas. Inspiradas nas chamadas experiências japonesas de organização produtiva, as empresas adotaram formas de controle do trabalho, inibindo seus mecanismos coercitivos, projetaram uma série de artifícios para lograr a máxima disciplina e eficiência dos trabalhadores alocados. A principal estratégia adotada foi a introdução da chamada “remuneração variável”, que atrelava os rendimentos do trabalhador ao cumprimento de metas de produtividade.

A partir da década de 1990, ocorreu no Brasil um grande crescimento nos índices de desemprego, como consequência de práticas de gestão relativas à flexibilização funcional do trabalho, com políticas avançadas direcionadas para a diminuição de postos de trabalho e aumento da produtividade. Paralelamente, como já mencionado, ocorreu o processo de terceirização e precarização do trabalho, como estratégia de redução de custos e elevação da produtividade, aumentando as horas de trabalho e reduzindo os salários.

Os neoliberais preconizaram dentro das empresas a postura da organização, da hierarquização, dando importância e subsídios à preparação de bons administradores, economistas, executivos e gestores eficientes. Nos locais de trabalho, os programas de “qualidade total” e de “remuneração variável” produziram novas formas de controle da força de trabalho, fazendo com que cada trabalhador pensasse e adotasse a ideologia empresarial. Nesse sentido, procurou-se impor que todos aprendessem a mesma coisa, da mesma forma, ou seja, houve uma ditadura do comportamento padronizado, uma ditadura da igualdade, as pessoas somente reproduzem, tornando-as cada vez mais medíocres, mais dóceis/disciplinadas, tornando-se cada vez mais objetos.

No entanto, se houve uma qualificação dos trabalhadores, em consequência da reestruturação produtiva, isso ocorreu somente com uma pequena parcela dos trabalhadores. Destarte, com a chegada da tecnologia, se reduziu o acesso ao conhecimento científico a uma pequena categoria de trabalhadores, que se tornou despojada do instrumento do trabalho, que seria garantido pela posse do saber e da habilidade para a realização do trabalho a ser cumprido. No hodierno, não se pode afirmar com muita ênfase que os trabalhadores “requalificados ou desqualificados” estão servindo para o processo de acumulação capitalista.

Na verdade, em geral, há mais possibilidades de encontrar emprego quando se possui melhor formação. Mas, se o nível geral sobe, isso não significa que necessariamente haverá maior oferta de empregos. Haverá somente mais desempregados diplomados.

4 | REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Karl Marx (1989), ao analisar as várias formas produtivas que se desenvolveram no processo de evolução do capitalismo, entre elas, cooperação, manufatura e grande indústria, tratou do movimento ordenado de superação dos empecilhos que impediam a expansão do capital. Para ele, através da introdução da maquinaria na indústria, em meados do século XVIII, é que se estabeleceu o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, seguindo as tendências de ampliação do capital, aumentando a subordinação do trabalho ao sistema capitalista.

Com o pungente crescimento do desemprego, determinada população trabalhadora se tornaria inútil por excesso, a esta população Marx (1989) chamou de “exército industrial de reserva”, porque geraria ao capital material humano necessário às mudanças da acumulação capitalista. Esta população também exerceria o papel de controle efetivo sobre a classe trabalhadora que está empregada. Como consequência, nos locais de trabalho, a forma e o modo de realização das tarefas mudaram, à medida que se implantavam as inovações tecnológicas, modificando o seu *status quo*.

Atualmente, passa-se por um processo de reestruturação que altera o sistema de relações produtivas, baseadas no taylorismo e no fordismo, desta forma incrementando as situações de acumulação de capital. Segundo David Harvey (2001), em torno desses movimentos e incertezas, uma série de novos ensaios na organização industrial e na vida social política começam a aparecer. Esses novos movimentos podem gerar um regime de acumulação novo, que Harvey chama de “acumulação flexível”:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” [...] (HARVEY, 2001, p. 140).

A partir dos anos 1970, propagaram-se nos países capitalistas sistemas de relações produtivas que atingiram diretamente os mecanismos de controle do trabalho. Com efeito, acabaram por controlar as ações de resistência dos trabalhadores e objetivando sua ação direta no processo de acumulação capitalista.

Não era interessante para os neoliberais que se criassem meios para o povo

se organizar, para que criassem seus próprios projetos, dessa forma acabaram enfraquecendo e destruindo a sociedade. Para os neoliberais, quem deveria estabelecer as regras é o mercado, pois, no mercado, quem tem dinheiro é quem dita as regras do jogo.

Nada mais existe na sociedade capitalista que não tenha nascido ou sido transformado em mercadoria, inclusive as pessoas. Qualquer que seja o objeto com valor de uso é mercadoria. Observando determinada sociedade primitiva, vê-se que ela não se fundamentava na troca, nem tampouco pela troca, mas troca parcela do produto de seu trabalho com outra comunidade com iguais particularidades. Na sociedade capitalista, a troca acontece através da relação de compra e venda, utilizando-se o dinheiro como meio de circulação.

O discurso hodierno utilizado nas empresas seria o da “valorização humana” da força de trabalho, bem como, da dedicação e do “comprometimento com a qualidade”, intensificando a disciplina no trabalho. Segundo Marx (1989), a ciência seria convertida em força produtiva do capital e objeto de sua autovalorização. Atualmente, as mudanças tecnológicas fornecem ao capital instrumentos cada vez maiores para a elevação da mais-valia, explorando de forma acentuada o trabalhador assalariado, subordinando-o às normas da acumulação capitalista e da elevação do lucro.

As implementações das novas tecnologias contribuem de modo positivo para o mundo todo, mas não há como negar que o processo de automatização do sistema capitalista acaba por retirar o homem da produção, ou seja, essencialmente colabora para o aumento do desemprego. Assim, é preciso direcionar melhor a tecnologia para que esteja a serviço do ser humano, não como um meio para prejudicá-lo. Mézaros (1987) adverte sobre isso a seguir:

A questão central não se restringe em saber se empregamos ou não a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas – posto que é óbvio que o temos que fazer -, mas se seremos capazes ou não de redirecioná-las radicalmente, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade de perpetuação do processo de maximização dos lucros. [...] A contradição dinâmica subjacente que conduz a uma drástica reversão da tendência, de modo algum é inerente à tecnologia empregada, mas à cega subordinação tanto do trabalho como da tecnologia aos devastadores e estreitos limites do capital como árbitro supremo do desenvolvimento e controle sociais (MÉSZAROS, 1987, p. 23, 24, 48).

Observa-se que o trabalhador produz mais intensivamente, resultado não de um adiantamento técnico, mas sim, de um dispêndio ainda maior de esforço, tendo um efeito análogo ao aumento da jornada de trabalho. Haja vista, ao crescente índice de demissões, intensifica-se as tarefas daqueles que se mantém empregados.

Segundo Antunes (1995), outra característica importante no mundo do trabalho é o aumento de um “novo proletariado fabril e de serviços”, o qual deriva da difusão das condições precárias de trabalho, a partir dos processos de admissão flexível de trabalhadores – os trabalhos chamados de tempo parcial ou temporário, subcontratados

ou “terceirizados”.

O modelo japonês de produção, por exemplo, tem como elemento “integrante e indispensável” a terceirização. Há um processo de hierarquização entre as grandes empresas e as pequenas e médias. Conforme Druck (1999):

No caso das grandes empresas: emprego vitalício; mão-de-obra mais qualificada; uma organização do trabalho baseada na gestão da qualidade total e participativa, a fim de envolver o trabalhador na busca por produtividade, redução de custos e qualidade para obter produtos diferenciados e de alta qualidade no mercado; níveis salariais mais condizentes com as funções assumidas; e um sindicalismo de empresa como elemento-chave de colaboração para neutralizar qualquer reação e oposição mais organizada dos trabalhadores. No caso das pequenas e médias empresas, que formam a rede de subcontratação, encontram-se todos os tipos de trabalho. Marcadas, em geral, por uma instabilidade muito grande, nessas não existe emprego vitalício, há menor qualificação da mão-de-obra, condições precárias de trabalho, assim como contratos irregulares e de trabalho ocasional ou parcial – em geral realizado pelas mulheres -, com padrões salariais muito mais baixos que os vigentes nas grandes corporações (DRUCK, 1999, p. 7).

Conforme Harvey (2001), verifica-se um forte incremento da força de trabalho feminina, que representa mais de 40% do total de trabalhadores empregados nos países capitalistas avançados. Todavia, a crescente participação feminina no mercado de trabalho não significa necessariamente uma melhora nas desigualdades que permeiam a relação entre homens e mulheres, principalmente a nível salarial, percebe-se isto claramente.

A nova relação entre os sexos provocada pela incompleta revolução feminina significa, por exemplo, como sendo uma ferramenta de vital importância para pensarmos resolver a crise do trabalho.

5 | FLEXIBILIZAÇÃO E SUBEMPREGO

Os anos 1990 no Brasil foram caracterizados pelo grande crescimento da subcontratação e da terceirização. Em vários setores, a subcontratação tornou-se mais um instrumento característico da reestruturação produtiva. A terceirização afetou o emprego e o salário, desregulamentando as condições de trabalho e efetivando a perda de direitos sociais dos trabalhadores. Por outro lado, as empresas obtiveram ganhos enormes, tanto ao nível de lucro, como na capacidade de atingir a classe trabalhadora na sua organização sindical. Analisando as formas de dominação do capital sobre o trabalho, Tragtenberg (1989) afirma que a empresa também é um espaço de “inculcação ideológica”:

Na empresa capitalista, administração ainda é sinônimo de “capital” personificado. Portanto, a relação entre administração e operário na empresa capitalista ainda é que uma transfiguração da relação entre capital e trabalho [...] Empresa não é só o local físico onde o trabalho excedente cresce às expensas do necessário, o palco da oposição de classes; é também o cenário da inculcação ideológica. Neste sentido, empresa é também aparelho ideológico (TRAGTENBERG, 1989, p. 25).

Atualmente, a “inculcação ideológica” é mais complexa, porque a crise capitalista gerou novos padrões de dominação de classe. Nos ambientes de trabalho foram criadas novas maneiras para gerar um aumento na produtividade, utilizaram-se discursos e programas, tais como, “participação”, “qualidade total” e “competitividade”. As informações e os meios de incentivo eram repassados através de jornais, revistas, correio eletrônico ou vídeos.

As novas políticas de incentivo aos trabalhadores adotadas pelas empresas e a ideologia têm algo em comum, tentam incutir na mente dos trabalhadores determinadas condutas, adestrando os trabalhadores, tornando as pessoas cada vez mais reprodutoras dos padrões externos. Em outras palavras, a trabalhadora têxtil mais robotizada deve pensar em seu trabalho, mesmo que seja para não se ferir, não deixar que o fio se desate. Mas tudo deve permanecer o mais “normal”, “oculto” e até “paradoxal” possível. O gestor ou o contramestre nega que a operária pense e a convoca a cumprir as ordens, contando com o que lhe resta de iniciativa para que tudo saia o mais correto possível. E a trabalhadora se dedica em descobrir macetes e alternativas para que tudo corra bem, manifestando sua autonomia de ser pensante, mas sem que esse *know-how* possa ser sistematizado e coletivizado.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as décadas de 1980 e 1990, o Brasil se inseriu progressivamente de modo subordinado no regime de “acumulação mundializado”, aumentando a vulnerabilidade externa da economia do país, agravando os problemas sociais. Nesse contexto, a dinâmica produtiva se realizou através da internacionalização da economia. A partir do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, se consolidaram os processos de liberalização da economia: comercial, financeira, privatização da economia, ajuste fiscal, estabilização monetária e reestruturação produtiva. Entre 1994 e 2002, muitas empresas estatais foram privatizadas, comprovando que o governo brasileiro seguiu as normas neoliberais de desenvolvimento capitalista.

Nesse quadro, muitas empresas no Brasil aumentaram suas atividades de negócios e venda de “produtos”, reduzindo custos e aumentando a produtividade de trabalho. Os programas de modernização tecnológica contribuíram para uma redução de custos operacionais e a destruição de vários postos de trabalho, por outro lado, houve um aumento na sobrecarga de tarefas e aumento das horas extras.

Os bancos são um ótimo exemplo de que ocorreu um processo de redução e precarização do emprego. No Brasil, ao final dos anos 1980, existiam cerca de 815 mil bancários, no início de 2000, já existiam pouco mais de 400 mil bancários. Tal redução agravou-se com o processo de incorporação e de privatização/liquidação de bancos estatais, e a partir da desativação de várias centrais de serviços, compensação,

processamento de dados, e também pelo processo de terceirização da força de trabalho.

Vários artifícios foram utilizados para uma maior intensificação e disciplina do trabalho, principalmente através dos programas de “qualidade total” e de “remuneração variável”. Esses programas fragmentaram e individualizaram o trabalho, gerando uma forte situação de pressão, ameaça de desemprego ou subemprego e competição entre os trabalhadores.

A garantia ativa do emprego só poderá ser efetiva se sua responsabilidade for “cooperativizada”, ou seja, na extensão da cidadania, na ampliação da responsabilidade econômica da “sociedade política”. Portanto, sem encarregar determinada empresa em particular, mas a coletividade das empresas, em cooperação com as uniões sindicais, as coletividades, os bancos e o sistema educacional local. A sociedade local, com um definido papel de solidariedade entre regiões ricas para com as regiões pobres, dos países ricos para com os países pobres. A responsabilidade do emprego é de toda a sociedade, local ou regional, por motivos de solidariedade e igualdade social.

Por muito tempo, a mãe da previdência social na Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, acreditou que obrigaria ao capitalismo a solidariedade através do Estado. Não levou em conta a iniciativa direta dos trabalhadores, dos cidadãos. Hoje, pode-se verificar outro tipo de solidariedade além do administrativo, por exemplo, o da economia solidária e do cooperativismo, que vem acontecendo aqui no Brasil e em outros países.

Há o desejo de construir uma sociedade mais justa, mais democrática e moderna, mas, por causa da atual situação em que se encontra o país, desigualdade social e subordinação aos grandes grupos econômicos estrangeiros, esquece-se muitas vezes desse objetivo. Nos últimos anos, percorreu-se o sentido contrário, pois aumentou-se o índice de desigualdade e a dependência dos países estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos. Como disse o mestre Celso Furtado, “Nunca foi tão grande a distância entre o que somos e o que poderíamos ser”.

É evidente que não se trata simplesmente de negar a integração econômica brasileira ao sistema capitalista internacional, mas sim indagar pela posição do país nesse contexto. O novo quadro econômico internacional surgido com a globalização pode até trazer efeitos positivos, mas é especialmente nocivo para países que não conseguiram sequer resolver minimamente alguns problemas, como por exemplo, o da concentração de renda, do racismo repugnante etc. Enfim, sendo um país que falta ser concluído (econômica, política e socialmente), encaminha-se perigosamente para uma interrupção da construção do processo formativo nacional, ou seja, o horizonte brasileiro não é nada tranquilo.

No Brasil, é preciso estabelecer políticas de desenvolvimento voltadas para a criação de novos empregos, e o que é mais essencial, maiores investimentos no setor de educação, quem sabe, apoiando-se na pedagogia de Paulo Freire. Buscando instigar na sociedade, a vontade de assumir de fato o direcionamento do seu país.

Termina-se este texto mais uma vez mencionando Celso Furtado, autor que sempre procurou contribuir para a criação de uma Nação Brasileira: “O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de Nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1995.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial.** 7. ed. São Paulo: [s.n.], 2000.

DRUCK, M.G. **Terceirização:** (des)fordizando a fábrica. São Paulo: Boitempo, 1999.

FIORI, J.L. Ajuste, Transição e Governabilidade: o Enigma Brasileiro. In:

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

_____. **Dialética do desenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 4. ed. São Paulo: Nacional, 1971.

_____. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Não à recessão e ao desemprego.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Brasil:** a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

_____. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 6, n. 16, 1992b.

_____. **O capitalismo global.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernização.** 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

IANNI, O. **A Sociedade Global**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1993.

_____. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIPIETZ, A. **Audácia**: uma alternativa para o século 21. São Paulo: Nobel, 1991.

MARTIN, H-P.; SCHUMANN, H. **A armadilha da globalização**. 3. ed. São Paulo: Globo, 1998.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro I. V. 2.

MÉSZAROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.

RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1999.

SCHIOCHET, V. O mercado de trabalho e o emprego formal em Blumenau (1995 a 1999). **Revista de Divulgação Cultural**, Blumenau, Ano 21, n. 68, p. 20-21, mai./ago. 1999.

SEGNINI, L. **Racionalização do Trabalho no Setor de Serviços**: Uma Contribuição ao Debate Teórico. Faculdade de Educação, Unicamp, 1996. (mimeo)

TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. **Desajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

THEIS, I. M. Planejamento do desenvolvimento regional: alternativas sustentáveis para o Médio Vale do Itajaí. **REDES**, v. 4, n. 1, p. 9-32, 1999.

THEIS, I.M.; CONSATTI, E.C. **A sustentabilidade do desenvolvimento regional**: uma análise regulacionista das formas recentes de regionalização do planejamento do desenvolvimento no Médio Vale do Itajaí. Blumenau: FURB, 1999 (=Relatório de Iniciação Científica).

TRAGTENBERG, M. **Administração, Poder e Ideologia**. São Paulo: Cortez, 1989.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-32-1

